



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

JORNAL DA UNICAMP

ED. 709

Campinas, 8 de julho a 4 de agosto de 2024

www.jornal.unicamp.br

Um século de Cesar Lattes **5a8**

Estudos avaliam tratamentos para
incontinência e frouxidão vaginal **2e3**

Doutorado investiga desconstrução
de políticas de emprego no Brasil **9**

Mulheres negras livres de Campinas
enfrentaram discriminação no séc. 19 **11**

Pesquisa analisa trajetória de roupa
sustentável, do campo ao consumidor **12**

Estudos comparam terapias cirúrgicas em saúde íntima

Duas teses de doutorado da FCM analisam eficiência de soluções para frouxidão vaginal e incontinência

MARIANA GARCIA
marianagarcia@unicamp.br

D

uas pesquisas realizadas na Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Unicamp compararam terapias não cirúrgicas para tratar dois problemas comuns

da saúde íntima da mulher. Um dos estudos teve como foco a incontinência urinária de esforço (IUE); o outro, a frouxidão vaginal – condições que, além de frequentes, provocam impactos significativos na autoestima, na vida sexual e nas relações sociais e afetivas de pacientes de diversas faixas etárias. Os trabalhos, que renderam à médica Samantha Condé Rangel e à fisioterapeuta Gláucia Pereira o título de doutoras em ciências da saúde, contaram com a orientação do professor Luiz Gustavo Brito e a coorientação da docente Cássia Juliato. Ambos integraram uma linha de pesquisa, do Ambulatório de Uroginecologia da FCM, dedicada a investigar os aspectos epidemiológicos de doenças do trato genital e urinário inferior feminino.

Bem conhecida e discutida, a incontinência urinária de esforço é aquela em que a perda involuntária de urina ocorre ao tossir, espirrar, agachar ou pegar peso. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), trata-se de um problema de saúde pública que aflige principalmente mulheres com mais de 50 anos, embora já se saiba que ocorra em 16% da população abaixo de 30. “Cerca de 30% das mulheres apresentam algum grau da doença”, afirma a médica. O tratamento costuma envolver a prática de uma técnica específica de fisioterapia, chamada treinamento dos músculos do assoalho pélvico (TMAP). Quando esse método, considerado a primeira opção terapêutica para a enfermidade, não funciona, recorre-se geralmente à via cirúrgica.

A frouxidão vaginal, embora seja um assunto pouco discutido, é uma queixa recorrente em consultórios de médicos e fisioterapeutas. Segundo Brito, o quadro apresenta-se em três de cada dez pacientes. Trata-se de uma percepção, seja da mulher, seja de seu parceiro sexual, de que a vagina não está se contraindo durante o ato da penetração. “É como se [a vagina] estivesse frouxa ou, ainda, como se não fosse preenchida durante a relação”, explica o professor. De acordo com Pereira, esse nem sempre é um sintoma perceptível e carece de uma avaliação criteriosa, que inclui até exames de imagem, como ultrassonografia. “De modo geral, pode-se dizer que é um sinal de excesso de flacidez vaginal, relacionado a alguns fatores, como um parto complicado, a laceração perineal e a multiparidade, ou seja, a quantidade de partos por que a mulher passou. Também há uma associação com a menopausa”, resume a pesquisadora.



Fachada do Hospital da Mulher Prof. Dr. José Aristodemo Pinotti: saúde íntima feminina foi foco de duas pesquisas realizadas na FCM da Unicamp

As duas teses se destacam, avalia o orientador, pelo pioneirismo e pela densidade. Rangel conduziu o primeiro estudo do mundo a comparar a fisioterapia e o laser de gás carbônico fracionado para tratar IUE. Com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a pesquisa obteve resultados promissores. Já Pereira desenvolveu uma metodologia de diagnóstico e um protocolo inédito de fisioterapia que se mostrou eficaz contra a frouxidão. Seu trabalho foi financiado pela Capes e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). A fisioterapeuta ainda conduziu uma análise transversal sobre frouxidão vaginal na Unicamp e no Chelsea and Westminster Hospital, instituição vinculada ao Imperial College London, no Reino Unido.

Ambas executaram ensaios clínicos randômicos – modelo de estudo de maior rigor científico – para comparar procedimentos não cirúrgicos. “Até então, não havia nenhum artigo analisando o desempenho de duas terapias distintas para tratar incontinência urinária de esforço ou frouxidão vaginal. Os estudos encontrados

comparavam sempre algum método terapêutico com a cirurgia”, explica o orientador.

Brito destaca, ainda, a importância de pesquisas científicas aprofundarem a discussão sobre um tema que, além de causa antiga de constrangimento, recentemente se tornou foco do mercado de produtos de beleza. “A popularização de anúncios sobre procedimentos que garantem rejuvenescer a região íntima da mulher indica o crescimento da busca por uma vulva padrão”, observa o docente, salientando a complexidade da questão, que envolve entre outros fatores o estado mental da paciente.

Esperança para tratar incontinência

Rangel já utilizava o laser de gás carbônico fracionado em sua clínica e falava sobre o assunto em congressos quando decidiu estudar o método no doutorado. Seu intuito era registrar a eficácia e a segurança da técnica para tratar a IUE. Ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Tocoginecologia da FCM, a pesquisadora buscou contrapor o laser ao tratamento mais seguro e eficiente disponível: o TMAP guiado pela fisioterapia,



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor Antonio José de Almeida Meirelles Coordenadora Geral da Universidade Maria Luiza Moretti Pró-Reitor de Desenvolvimento Universitário Fernando Sarti Pró-Reitora de Pesquisa Ana Maria Frattini Fileti Pró-Reitor de Graduação Ivan Felizardo Contrera Toro Pró-Reitor de Extensão e Cultura Fernando Antonio Santos Coelho Pró-Reitora de Pós-Graduação Rachel Meneguello Chefe de Gabinete Paulo César Montagner Chefe de Gabinete Adjunta Adriana Nunes Ferreira

JORNAL DA UNICAMP

Secretária Executiva de Comunicação Christiane Neme Campos Editor-chefe Álvaro Kassab Editores Mário Barra, Pedro Fávoro Júnior, Raquel do Carmo Santos Chefia de reportagem Rachel Bueno Reportagem Adriana Vilar de Menezes, Carmo Gallo Netto, Felipe Mateus, Hebe Rios, Helena Tallmann, Hélio Costa Júnior, Juliana Franco, Liana Coll, Mariana Garcia, Marina Gama, Paula Penedo Pontes, Silvío Anunciação, Tote Nunes Fotos Antoninho Perri, Antonio Scarpinetti, Felipe Bezerra Projeto gráfico Luis Paulo Silva Editores de arte Alex Calixto de Matos, Paulo Cavalheri Atendimento à imprensa Ronei Thezolin, Mariana Neves Revisão Júlia Mota Silva Costa, Rodrigo Campos Castro Coordenadora do núcleo audiovisual Patrícia Lauretti Supervisora de TI Laura de Carvalho Freitas Rodrigues Acervo Maria Cristina Ferraz de Toledo Tratamento de imagens Renan Garcia Redes sociais Bruna Mozer, Octávio Augusto Bueno Fonseca da Silva Serviços técnicos Alex Matos, Américo Garcia Filho, Elisete Oliveira Silva, Mateus Fioresi, Selvino Frigo Impressão Gráfica Pigma Correspondência Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, CEP 13081-970, Campinas-SP. O Jornal da Unicamp é elaborado pela Secretaria Executiva de Comunicação (SEC) da Unicamp. Periodicidade quinzenal.

As sem feminina

Doença urinária de esforço

Foto: Antonio Scarpinetti



que depende da adesão frequente do paciente aos exercícios. “Essa aderência, mundialmente, é considerada baixa. No caso da IUE, é preciso ainda avaliar a musculatura do assoalho pélvico.” Quando o TMAP não surte o efeito desejado, explica, geralmente a paciente é submetida a uma cirurgia denominada *sling*. “As mulheres têm procurado uma alternativa que não seja invasiva, e o laser despertou um interesse significativo.” Essa terapia começou a ser utilizada para fins estéticos e logo passou a ser empregada para combater problemas de saúde íntima, como o ressecamento vaginal. Apesar de sua rápida disseminação em clínicas particulares, esse tratamento não tem eficácia comprovada em muitos casos, alerta Brito, salientando que a pesquisa de Rangel foi a primeira a compará-lo a outra terapia que também funciona como tratamento para IUE. O estudo ganhou um prêmio da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo).

A médica realizou o ensaio clínico no centro participativo da Unicamp instalado na Clínica Condé, do Rio de Janeiro, durante 12 semanas. “O objetivo foi conferir se as aplicações de laser de gás carbônico fracionado teriam desempenho não inferior ao do treinamento de fisioterapia TMAP para diminuir os sintomas de perda urinária ao esforço”, pontua a pesquisadora, que trabalhou com dois grupos de 47 voluntárias cada, todas diagnosticadas com IUE. “Rangel conseguiu dar um bom seguimento para as mulheres que participaram do grupo de fisioterapia”, conta Brito. No outro grupo, as participantes foram submetidas a uma aplicação de laser fracionado com duração de 10 minutos, uma vez por mês, por três meses. Em seguida, solicitou-se que retornassem após 90 dias, 120 dias e um ano, para avaliação. “Promover de forma gratuita um tratamento caro, que custa em média R\$ 10 mil, foi um atrativo. Tivemos uma adesão muito boa”, analisa a médica.

Para mensurar o desempenho dos dois métodos, a pesquisadora aplicou um questionário em três momentos distintos. De acordo com as respostas das voluntárias, as duas opções melhoraram a sensação de perda de urina após 90 dias, 120 dias e 365 dias, com desempenhos similares. “As mulheres tratadas com laser de gás carbônico fracionado também mostraram uma melhora em relação à função sexual e ao orgasmo após três e seis meses de terapia. Ainda sobre a sexualidade, as voluntárias que passaram por treinamento muscular de assoalho pélvico tiveram melhora em relação ao desejo, nos mesmos intervalos de tratamento”, revela Rangel. Para o orientador, o trabalho não apenas comprovou que a terapia com o laser de gás carbônico não é inferior à fisioterapia como se diferencia por captar dados até um ano após o fim do experimento.

O alto custo do aparelho de aplicação de laser inviabiliza sua adoção pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em um prazo curto. Entretanto, os resultados obtidos pelo estudo comprovaram haver mais uma possibilidade não cirúrgica de enfrentar o problema. “É importante frisar que não houve conflito de interesses. Existia muita mídia, muita divulgação, sobre a eficácia e a segurança do laser, e a gente pôde, por meio de um estudo científico, verificar que realmente é possível buscar uma certa melhora para a qualidade de vida das mulheres com incontinência urinária de esforço sem submetê-las a um procedimento cirúrgico”, conclui a médica.

É preciso falar de frouxidão vaginal

A pesquisa empreendida por Pereira para tratar a frouxidão vaginal reúne oito trabalhos sobre uma condição ainda cercada de tabu. A fisioterapeuta conta que a ideia para o doutorado surgiu de duas constatações: a percepção, em seus atendimentos nos ambulatórios da FCM, do alto número de mulheres que solicitavam esclarecimentos sobre o problema; e a lacuna de conhecimento sobre o assunto na literatura.

O tema nem sempre é mencionado pela mulher na consulta. Segundo Brito, a imensa maioria tem vergonha de falar sobre o problema com o atendente. Por isso, é preciso que o profissional saiba investigar. “Somente 10% levam a queixa ao médico, fisioterapeuta ou outro profissional de saúde. Ocorre que 80% dos ginecologistas não perguntam de forma ativa como está a parte sexual da paciente, que é como que se introduz a questão. Muitos não questionam por falta de tempo, por desconhecimento ou por não conhecer o protocolo de atendimento. E caso a mulher diga que a sexualidade não está boa, abre-se uma caixa de Pandora, e muitos médicos não sabem como trabalhar com a informação que recebem.”

De acordo com a pesquisadora e o orientador, o sintoma não causa nenhuma doença fisiológica, tampouco evolui para um problema mais grave – o que não significa que não cause danos para o bem-estar da mulher e para sua relação com o parceiro. “Esse é um assunto que envolve a sexualidade humana, o período do pós-parto e outras sensações relativas ao assoalho pélvico da mulher. Às vezes, a queixa é da paciente. Em outros casos, é do marido. Também há situações em que os dois se queixam. Pode ser que a mulher tenha vergonha de falar e espere passar por várias consultas com o profissional até criar coragem e abordar o tema. E ainda pode acon-



O orientador Luiz Gustavo Brito: as duas teses se destacam pelo pioneirismo, aprofundando a discussão sobre um tema que é causa antiga de constrangimento

Fotos: Antoninho Perri



A fisioterapeuta Gláucia Pereira afirma que falar sobre sexualidade feminina ainda é difícil para pacientes e médicos

tecer de o profissional não achar nenhuma alteração no exame físico, mas a paciente insistir que sente uma frouxidão”, esclarece Brito.

Para o ensaio clínico que conduziu em seu doutorado, Pereira escolheu a radiofrequência – uma opção de terapia de energia térmica encontrada em alguns hospitais do SUS – e o TMAP, umas das muitas opções terapêuticas da fisioterapia. “Dentro das alternativas de terapias à base de energia, a radiofrequência é a mais econômica”, justifica. Não havia, na literatura, registro de protocolos específicos para o tratamento de frouxidão vaginal usando nenhuma das duas metodologias. Pereira, portanto, desenvolveu seus próprios modelos. Seu estudo foi realizado com dois grupos, de 42 e 45 voluntárias. Assim como no caso da pesquisa de Rangel, cada grupo foi submetido a uma das terapias por 12 semanas.

Os resultados revelaram que os sintomas melhoraram nos dois grupos após um mês e seis meses de tratamento. No entanto, após seis meses, o desempenho do TMAP mostrou-se superior aos resultados da radiofrequência. A avaliação foi feita com base na aplicação de questionários, exame físico e avaliação ultrassonográfica – combinando o ultrassom transvaginal, o translabial e o abdominal. Dessa forma, a fisioterapeuta verificou a existência de alterações na musculatura do assoalho pélvico e na parede da vagina.

Pereira ainda realizou um estudo qualitativo para avaliar a percepção das mulheres brasileiras sobre a frouxidão vaginal. As respostas deram a dimensão do impacto da condição para suas vidas íntimas. “Essa mulher se sente inferior, com uma autoestima muito baixa e frustrada diante dos sintomas. Culpada por não ter e não proporcionar prazer. Essa mulher tem uma vontade enorme de se tratar, mas se sente envergonhada diante do termo frouxidão vaginal. Então, espera que o profissional de saúde inicie a conversa”, finaliza.

(In)segurança e democracia na América Latina

Estudo mostra como políticas de repressão são adotadas pelos Estados latino-americanos para lidar com a segurança pública

ELIANE FONSECA DARÉ
Especial para o *Jornal da Unicamp*

A América Latina é uma das regiões mais violentas do mundo. Essa constatação deriva de um conjunto de fatores que se entrelaçam em um ponto comum: o combate repressivo ao crime organizado e ao narcotráfico. Atentados a céu aberto contra hospitais e universidades com artefatos explosivos e ataques a emissoras de TV culminaram em uma intervenção militar no Equador, no início de 2024. El Salvador, considerado no passado um dos países do mundo mais afetados pelo problema, encontrou no regime de exceção o caminho para a queda nos índices de violência. Em ambos os casos, houve supressão de direitos constitucionais, ações repressivas teoricamente necessárias por conta da criminalidade e a imposição de medidas de claro teor autoritário.

Uma tese, defendida por Gustavo Glodes Blum no Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências (IG) sob orientação de Claudete de Castro Silva Vitte, discute as políticas de segurança pública como táticas de administração territorial ao analisar intervenções do Estado em 20 países latino-americanos ao longo das duas últimas décadas. Blum procurou entender o pacto tácito firmado entre esses Estados. “O objetivo foi analisar essas intervenções, levando em conta a construção histórica da ideia de segurança para tentar entender o que os países realizaram em termos de segurança pública com incidência territorial”, explica.

O pesquisador identificou cinco tendências de atuação no caso dos países pesquisados: seguir tratados internacionais que estabeleceram a criminalidade como questão de segurança prioritária; legislar para alterar a função e a forma de agir de suas instituições de segurança interna e externa; intervir no território nacional, principalmente na forma de declaração de estado de exceção; intervir territorialmente em regiões específicas; e intervir nos sistemas carcerários. Em todas estabelece-se uma relação entre Estado, direito e geografia que justifica as políticas de segurança e que limita a democracia.

Foto: Alex Calixto



O autor da tese, Gustavo Glodes Blum: “Qualquer tipo de manifestação é visto como subversão”



Presidente equatoriano, Daniel Noboa (ao centro, de camiseta preta): ações repressivas contra o narcoterrorismo no país tornaram-se constantes em 2024

Foto: Arquivo pessoal



Orientadora da tese, Claudette Silva Vitte diz que os Estados apelam à repressão como solução

Vitte lembra que a questão da segurança na América Latina envolve múltiplas dimensões – a começar por sua estrutura histórica. “Desde a chegada dos europeus no século 16, há sociedades extremamente violentas”, lembra. “O crime organizado é uma faceta perversa da violência que influencia fortemente a vida cotidiana. Então, a segurança pública ligada à criminalidade vai ocupando cada vez mais o topo da agenda política, porque a sensação de insegurança nas diferentes sociedades latino-americanas é realmente muito evidente”, complementa. Segundo a professora, os Estados apelam à repressão como solução, mas o que ocorre é a criação de uma insegurança multifatorial. “Esses grupos criminosos vão se infiltrando na nossa sociedade, impactando nossas vidas.”

A orientadora aponta que a tese de Blum representa uma importante contribuição aos estudos de geografia. “Trata-se de um tema difícil, que envolve segurança, grupos criminosos e disponibilidade de dados”, lembra a docente. Para chegar aos resultados, o pesquisador enfrentou, por exemplo, desafios quanto à obtenção de in-

formações oficiais, que em muitos dos países analisados não refletem a realidade. Blum recorreu a documentos de governos, órgãos legislativos, tratados internacionais e imprensa. “A mídia ajuda a contrapor o discurso oficial. Deixa evidente algum detalhe que não estava presente nos dados oficiais”, afirmou.

Segundo o pesquisador, o descrédito das instituições de segurança nos países em foco diz respeito principalmente à impunidade. “Os Estados justificam um maior investimento não nas instituições que deveriam cuidar do caso criminal, mas naquelas ligadas a ações repressivas. Qualquer tipo de manifestação é visto como subversão e tratada de forma a ser desmobilizada”, alerta Blum. O pesquisador cita o exemplo do Chile, em que os carabineiros – o equivalente à polícia militar brasileira – muitas vezes atiravam nos olhos dos manifestantes usando balas de borracha. “Com esse tipo de munição, respeitam-se as regras internacionais sobre não usar armas de fogo. Isso ajuda a entender o tipo de violência política que temos na América Latina”, explica.

O estudo foi desenvolvido no âmbito do Grupo das Relações Internacionais: Estado, Economia, Território e Integração Regional, sob liderança de Vitte. “Tentamos fazer uma interlocução do campo disciplinar da geografia, em uma perspectiva política e econômica, com o campo das relações internacionais”, explica a orientadora. O grupo foca temas relacionados à incidência territorial, tendo a América Latina como recorte, e sua agenda de pesquisa compõe-se de estudos sobre processos de integração regional, infraestrutura, segurança e defesa, desenvolvimento econômico, recursos naturais e energéticos, geopolítica dos alimentos, governança ambiental e urbanização.

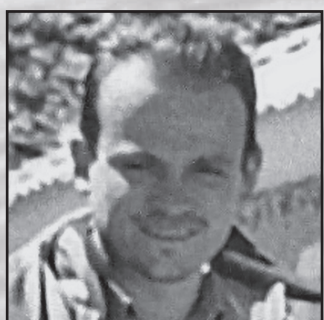
Durante seu doutorado, Blum obteve financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) em dois momentos diferentes. Um deles enquanto realizou seus estudos no IG e outro durante um estágio de seis meses na Universidade de Coimbra, em Portugal, pelo Programa Institucional de Internacionalização (Capes-Print). No país europeu, o pesquisador investigou os riscos geopolíticos, sob supervisão de João Luís Fernandes, professor do Departamento de Geografia e Turismo daquela instituição. Blum segue atuando como pesquisador convidado do Centro de Estudos Interdisciplinares do referido departamento.

Cem anos de uma vida que não cabe no currículo

Pioneiro da ciência brasileira, as contribuições de Cesar Lattes moldaram a física moderna e inspiraram gerações

FELIPE MATEUS
felipecom@unicamp.br

Fotos: Siarg/Unicamp



“Se existe um Currículo Lattes de Cesar Lattes, não foi ele quem o fez.” Ao fazer o comentário, Carola Dobrigkeit, aluna de Cesar Lattes e, desde 1974, professora do Instituto de Física Gleb Wataghin (IFGW) da Unicamp, revela aspectos da personalidade do mestre: um homem simples, brincalhão e pouco afeito a alguns trâmites burocráticos inerentes à vida de um pesquisador. Para a surpresa da docente, sua hipótese se confirmou: o renomado cientista tem um currículo na plataforma que leva seu nome. O registro, porém, foi feito por amigos de forma simbólica, em sua homenagem.

Para quem está habituado a ver extensos currículos, o de Lattes chama a atenção por sua concisão. A formação acadêmica conta apenas com os antigos primeiro e segundo graus e com a graduação em física pela Universidade de São Paulo (USP). O pesquisador não chegou a defender uma tese de doutorado. Todavia, apenas cinco anos após sua graduação, em 1948, a mesma universidade lhe concedeu o título de Doutor Honoris Causa pelos resultados de suas pesquisas com raios cósmicos. Os artigos não são numerosos e não constam orientações ou outros feitos. No entanto suas produções transformaram a forma como compreendemos a física e fizeram de Lattes o brasileiro que mais perto chegou de um Prêmio Nobel.

Em 2024, Cesar Lattes completaria 100 anos e, para celebrar a data, o *Jornal da Unicamp* recupera sua história e o seu legado para a ciência e para as instituições acadêmicas, em particular para a Unicamp. Nesta reportagem, a Universidade presta uma homenagem a um de seus professores mais ilustres e a um dos maiores cientistas do país.

De Curitiba para o mundo

Cesare Mansueto Giulio Lattes nasceu em 11 de julho de 1924 em Curitiba (PR), filho dos italianos Giuseppe Lattes e Carolina Maroni. Nos anos 1930, a família se estabeleceu em São Paulo, onde o jovem cursou o ensino secundário, equivalente ao atual ensino médio, no Colégio Dante Alighieri. O gosto do garoto pela ciência e a proximidade de Giuseppe com professores da recém-fundada USP garantiram a Lattes a oportunidade de iniciar, ainda aos 15 anos, o curso de física, no qual se formou aos 19. Quem viabilizou o seu ingresso na graduação foi Gleb Wataghin, físico italo-ucraniano fundador do Departamento de Física da Universidade e que mais tarde se tornaria o patrono do IFGW.

Se Wataghin permitiu que Lattes fosse aluno da graduação, outro professor o conduziu pelos caminhos da física experimental, vertente que se tornaria a paixão do jovem. Conforme narra Cássio Leite Vieira na biografia *César Lattes: Arrastado pela*

história, publicada pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), Giuseppe Occhialini chegou ao Brasil em 1937 a convite de Wataghin para integrar o corpo docente da USP – e para fugir da Itália fascista de Benito Mussolini. Em uma de suas aulas, Occhialini dispensou a exploração teórica e propôs que o jovem cientista aprendesse sobre raios X revelando filmes fotográficos expostos à radiação e medindo suas propriedades físicas. A sugestão despertou em Lattes a preferência pelos experimentos, postura que defenderia em toda sua carreira. “Muitas vezes, um pesquisador afirma que somente sua nova formulação teórica será suficiente para que sua teoria seja válida. Entretanto Lattes afirmava que somente observações experimentais, feitas segundo os padrões da ciência, poderiam validar uma teoria”, explica José Augusto Chinellato, professor do IFGW e ex-orientando do físico. “Ele dizia que a experiência seria a juíza da formulação teórica.”

Foto: Antoninho Perri

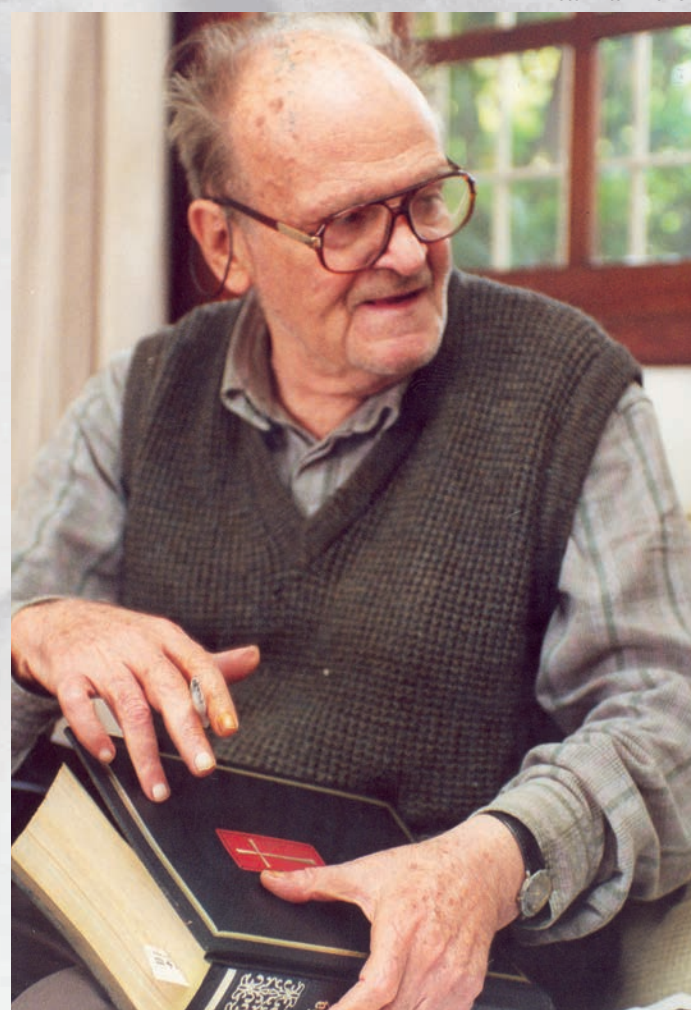
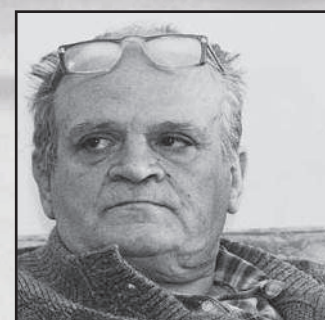
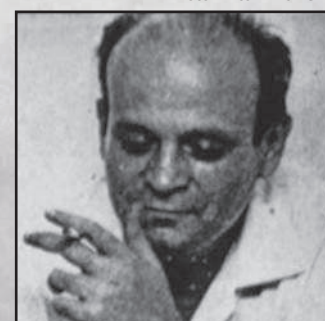


Foto: Antoninho Perri



Cesar Lattes em diferentes momentos de sua vida: físico brasileiro completaria 100 anos em 11 de julho de 2024; suas contribuições para a ciência vão desde descobertas no campo da física de partículas até o estabelecimento de instituições basilares para o desenvolvimento científico no país

Próximo ao fim da Segunda Guerra Mundial, Occhialini voltou à Europa e se estabeleceu na Universidade de Bristol, no Reino Unido, onde integrou a equipe que, sob o comando de Cecil Powell, vinha pesquisando raios cósmicos por meio da análise da trajetória das partículas registradas em chapas fotográficas. Naquele período, o método já apresentava vantagens quando comparado com o uso das câmaras de nuvens, que usavam vapor de água supersaturado para a detecção das partículas. Enquanto isso, no Brasil, Lattes dedicava-se a experimentos também na área de partículas cósmicas, mas utilizando as câmaras de nuvens. Graças a Occhialini, que apresentou a Lattes o potencial das chapas fotográficas, o brasileiro decidiu juntar-se à equipe de Powell em Bristol, em 1946, decisão que transformaria sua carreira.

Foto: Antoninho Perri



Em busca do píon



A partir do fim do século 19, com a identificação das partículas subatômicas – como os elétrons, descobertos em 1897, os prótons, em 1919, e os nêutrons, em 1932 –, a ideia

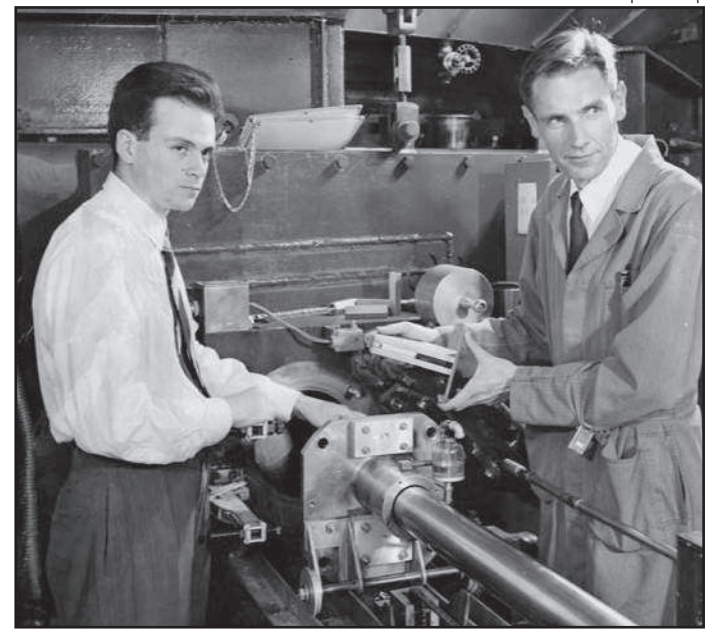
de que os átomos seriam unidades indivisíveis da matéria passou a ser desconstruída. Sabendo que os prótons apresentam carga positiva e os nêutrons, carga nula, os cientistas passaram a questionar como o núcleo atômico se manteria coeso, sem que os prótons se repelíssem. O primeiro a propor uma resposta foi o japonês Hideki Yukawa ao defender a existência de uma partícula com massa intermediária entre o próton e o elétron. Yukawa concluiu que essa partícula mediadora – o méson – de-

veria ter uma massa cerca de 200 a 300 vezes maior que o elétron, sendo este 2 mil vezes mais leve que o próton, a fim de manter a coesão do núcleo atômico. “A descoberta do méson pi por Cesar Lattes foi a comprovação do que Yukawa teorizou”, resume Dobrigkeit. O “pi” acrescido ao nome da partícula se deve ao fato de outros mésons terem sido descobertos no decorrer dos anos. Hoje, o méson pi é conhecido como píon.

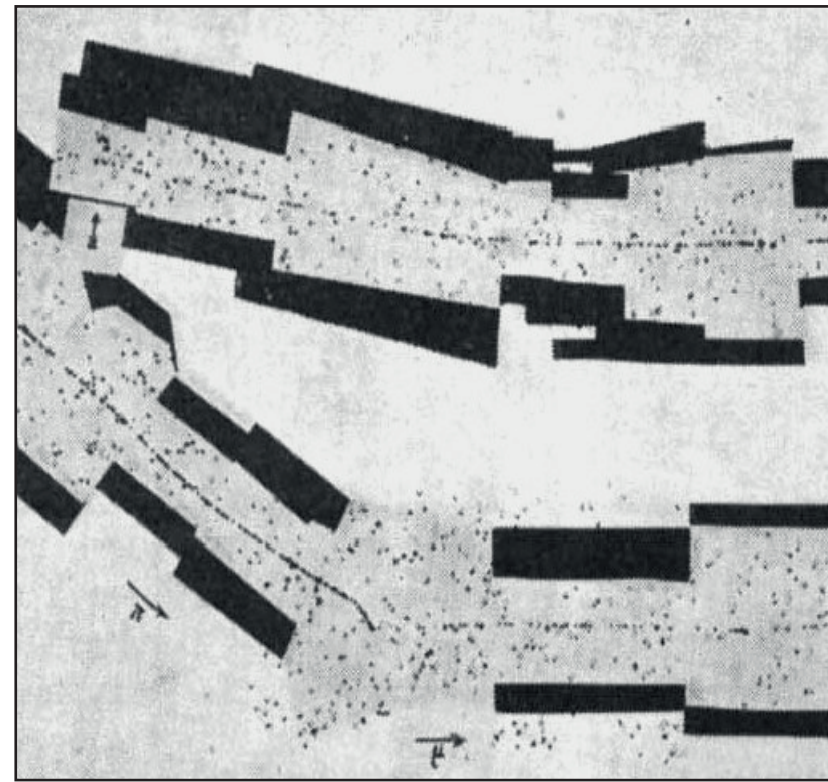
O grupo de Bristol utilizava o método fotográfico para investigar a existência de raios cósmicos. Os experimentos consistiam no uso de filmes chamados emulsões nucleares, compostos por uma camada de gelatina mais espessa com maior concentração de brometo de prata. “Quando uma partícula carregada passa pelo filme, quebra a ligação do bromo com a prata, separando-os”, detalha a docente. Segundo Dobrigkeit, se o filme demorasse a ser revelado, os átomos retomavam sua ligação, impedindo a visualização da trajetória da partícula. Lattes propôs que a essa emulsão fosse acrescentado um sal de boro, o borato de sódio, o que retardaria a recombinação da prata com o bromo. “Isso tornou a sensibilidade da emulsão de brometo de prata mais duradoura. Não seria mais necessário revelar o filme logo após a passagem da partícula”, explica a docente.

Os primeiros experimentos com o aperfeiçoamento sugerido por Cesar Lattes foram realizados em 1946 em Pic du Midi, nos Pirineus franceses, a 2,8 mil metros de altitude, onde indícios do píon foram identificados. Para confirmar os achados, o físico brasileiro repetiu os testes na montanha de Chacaltaya, na Bolívia, a 5,5 mil metros. As grandes altitudes favoreciam a captura de uma quantidade maior de partículas energéticas, confirmando a existência dos píons de forma experimental. Os resultados foram publicados em 1947 na revista *Nature*, em artigo assinado por Lattes, Occhialini e Powell. Após essa verificação, Lattes também comprovou a existência da partícula em 1949, detectando sua produção de forma artificial no acelerador de partículas Ciclotron, na Universidade da Califórnia em Berkeley, nos Estados Unidos. Dessa vez, a parceria foi com Eugene Gardner, cientista que havia atuado no Projeto Manhattan, programa responsável por desenvolver a bomba atômica.

A identificação do píon em Berkeley ocorreu em apenas dez dias, algo incomum no caso de experimentos dessa natureza. O tempo exíguo, porém, explica-se por conta da exploração inicial realizada anteriormente nos Pirineus e em Chacaltaya. “Quando Lattes comprovou a existência no acelerador de partículas de Berkeley, enviou um telegrama a Cecil Powell relatando a descoberta. Powell respondeu: ‘Felizmente estamos certos’”, lembra Edison Shibuya, professor aposentado do IFGW e ex-orientando do físico. “Eles também estavam inseguros em relação a isso.”



Fotos: Siarg/Unicamp
Cesar Lattes e Eugene Gardner em Berkeley, nos Estados Unidos, em 1948



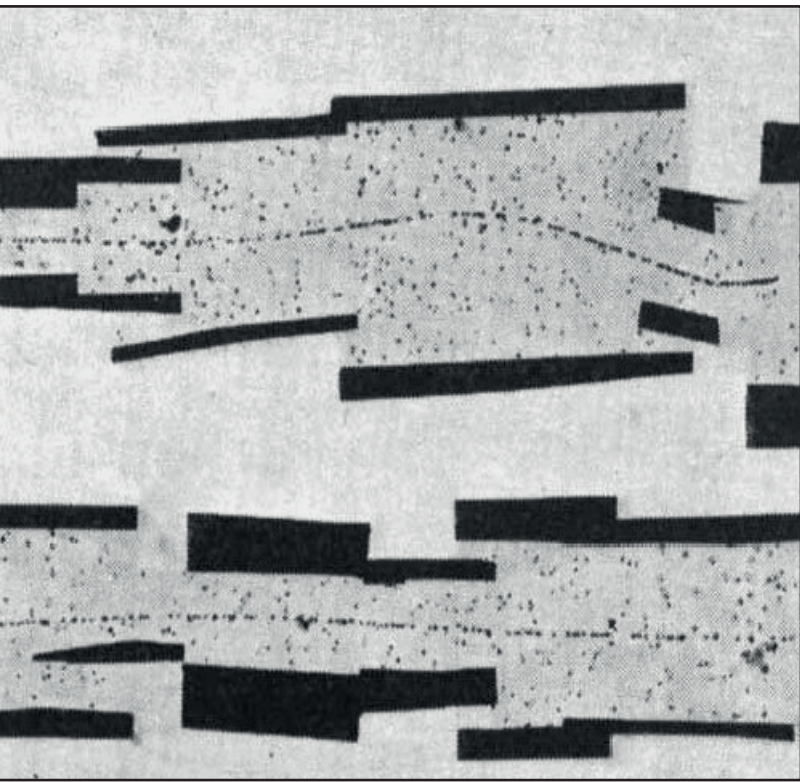
A descoberta do píon deu a Lattes grande prestígio em todo o mundo. Entretanto o reconhecimento não foi suficiente para que ele recebesse o Prêmio Nobel de Física. Entre todos os envolvidos nos experimentos, apenas Powell ganhou o prêmio, em 1950, “pelo desenvolvimento do método fotográfico de estudos dos processos nucleares e as descobertas em relação aos mésons”, como informa o site da Academia Sueca, que concede o prêmio. “Lattes participou de todo o desenvolvimento das melhorias das chapas fotográficas. Foi ele quem, essencialmente, fez o trabalho de microscopia para a descoberta do méson pi”, destaca Shibuya.



Cesar Lattes em aula na Unicamp em 1980 (à esq.) e subindo em um caminhão de transporte de equipamentos para o laboratório de Chacaltaya, na Bolívia, em 1953 (à dir.): a confirmação da existência do méson pi marcou a carreira do cientista, levando-o a trabalhar em centros de pesquisa na América do Sul, nos EUA e no Reino Unido



Cesar Lattes no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) em 1951



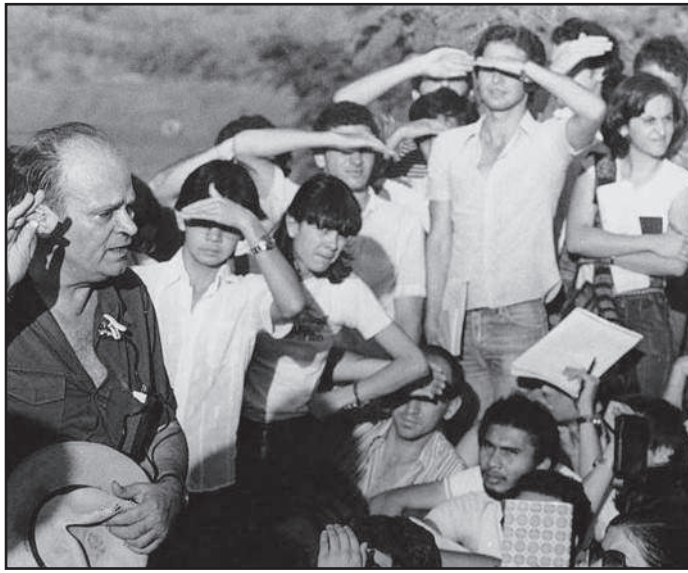
Rastro de partícula carregada: imagem extraída do artigo histórico de Lattes publicado na revista *Nature*

Para os professores, vários fatores podem ter determinado a escolha apenas de Powell, como a idade de Lattes à época – somente 25 anos – e o fato de se tratar de um pesquisador latino-americano. Entre os grandes nomes da física, o fato gerou desconforto. Shibuya lembra que Niels Bohr, dinamarquês que contribuiu vastamente para desvendar a estrutura atômica como a conhecemos hoje, teria escrito uma carta aos organizadores do prêmio manifestando sua indignação. O docente conta que chegou a procurar por esse documento, mas que nunca conseguiu encontrá-lo. “Nossa meta não era o prêmio em si, mas dar a Lattes o reconhecimento que ele merecia.” Os relatos dão conta de que Lattes nutriu certa mágoa pelo ocorrido, mas a superou com bom humor. “Uma das brincadeiras que ele fazia é que a Academia Sueca escolheu o vencedor por ordem alfabética e que Cecil vem antes de Cesar”, recorda Shibuya.

Formador de gerações

A descoberta do pión tornou Lattes gabaritado para atuar em qualquer uma das grandes instituições de pesquisa do mundo. No entanto o físico preferiu voltar ao Brasil e auxiliar no estabelecimento de instituições fundamentais para a produção científica do país. Foi assim que ajudou a criar o CBPF, em 1949, e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em 1951. “Em uma época na qual era muito raro um cientista brasileiro participar de descobertas internacionais, Lattes usou essa visibilidade para fortalecer institucionalmente a ciência brasileira”, analisa Carlos Henrique de Brito Cruz, professor emérito da Unicamp, reitor da Universidade entre 2002 e 2005 e diretor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) entre 2005 e 2020.

Foto: RAC



Cesar Lattes com alunos da Unicamp ao ar livre no início da década de 1980

Ainda nos anos 1950, Lattes teve uma breve passagem pelas universidades de Chicago e Minnesota, nos Estados Unidos, retornando definitivamente ao país em 1960, quando ingressou como docente na USP. A vinda para a Unicamp ocorreu em 1967 a convite de Marcelo Damy, físico integrante do grupo de Gleb Wataghin na USP que, a convite de Zeferino Vaz, organizou o que viria a se tornar o instituto de física da nova Universidade, sendo o primeiro diretor do futuro IFGW.

Na Unicamp, Lattes liderou a criação do Departamento de Raios Cósmicos e Cronologia (DRCC), dando sequência às descobertas experimentais iniciadas no Pic du Midi e em Chacaltaya. Antes mesmo de os atuais prédios do IFGW terem sido construídos, as pesquisas na área andavam a todo vapor nas instalações do antigo Ginásio Industrial Bento Quirino, hoje sede do Colégio Técnico de Campinas (Cotuca). Nesse período, o físico também colocou a Universidade, recém-fundada, no mapa da ciência mundial por meio da Colaboração Brasil-Japão, uma das primeiras ações colaborativas envolvendo grupos internacionais de físicos, algo incomum nos anos 1960. Essa parceria foi fruto ainda do contato mantido entre Lattes e Yukawa, o mesmo que havia teorizado a existência dos mésons nos anos 1930.

“No IFGW, Lattes estabelecia canais diretos com grandes nomes da ciência mundial. Estudantes que trabalhavam com ele, ou em torno dele, conseguiam ter contato com a ciência produzida no exterior”, lembra Brito. Boa parte das gerações de pesquisadores formados pelo físico passou pela Unicamp e deu continuidade ao seu legado. Dobrigkeit, Chinellato e Shibuya fazem parte desse grupo.

“Eu não conhecia o professor Lattes pessoalmente, apenas pelos jornais. Mas um dia, quando eu estava no terceiro ano da graduação, ele veio dar aula para nossa turma. Para todos nós isso foi muito marcante”, recorda Dobrigkeit. A professora afirma que tanto o conhecimento de Lattes como sua postura frente aos estudantes traduziam-se em um grande ensinamento. “Ele dava aulas de altíssimo nível, sem ser condescendente por estarmos na graduação.”

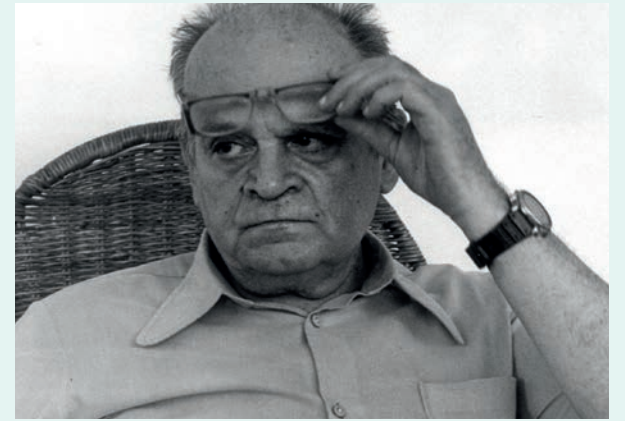
Neste ano, Dobrigkeit completa 50 anos de trabalho na Unicamp. A professora ingressou na instituição a convite de Lattes, seu então orientador de doutorado, para ser instrutora de ensino da disciplina ministrada por ele, Estrutura da Matéria, que apresenta aos estudantes os fundamentos da física moderna. A docente recorda que, iniciante no magistério, deu várias aulas com o mestre na plateia. “Para dar aula com Cesar Lattes na sala me vendo, eu preparava até minhas vírgulas”, brinca.

Shibuya também coleciona boas recordações do convívio com Lattes, de quem se aproximou em 1967, ainda na USP, e com quem conviveu por cerca de 40 anos, primeiro como orientando, depois como colega de departamento. “Certamente, eu ficava um pouco inibido para conversar com ele”, confessa ao recordar a habilidade de Lattes em romper as formalidades com irreverência. “Durante a orientação no doutorado, houve uma vez em que ele me disse: ‘Enquanto você não me chamar apenas de você, isso não vai dar certo’”, comenta sorrindo o docente.

O professor foi um dos últimos a ter contato com Lattes em vida. Shibuya relata que o visitou em casa na véspera de sua morte, ocorrida em 8 de março de 2005, e ouviu uma importante lição: o pedido para que fossem honestos com as observações científicas, que respeitassem o tempo da ciência e que não se deixassem guiar pela ânsia por prêmios. Para Shibuya, o pensamento vai ao encontro de seu apreço pela ciência experimental e serve de alerta aos pesquisadores que o sucedem. “Buscar apenas a quantidade de trabalhos é perigoso, compromete a qualidade. O imediatismo do mundo serve apenas aos números”, reflete.

LEGADO NA UNICAMP

Foto: Antoninho Perri



Lattes concede entrevista ao *Jornal da Unicamp* em 1987

As marcas de Cesar Lattes estão em diversos espaços da Unicamp, desde os prédios e laboratórios do IFGW, que foram palco de seus experimentos, às pessoas que hoje levam adiante sua paixão pela ciência. O Arquivo Central do Sistema de Arquivos (Siarq) da Unicamp e a Biblioteca Central Cesar Lattes (BCCL) reúnem grande parte do acervo amealhado durante anos de pesquisas.

O Siarq mantém correspondências, anotações de pesquisa em mapas e cadernos, artigos científicos, certificados, homenagens e diplomas recebidos pelo físico, entre os quais os títulos de Doutor Honoris Causa concedidos pela USP e pela Unicamp e o de professor emérito da Unicamp. “Esse é um acervo muito rico para pesquisadores da física e da história da ciência”, destaca Telma Murari, supervisora da seção de gestão e difusão do acervo documental do Siarq. Em 2011, o Fundo Cesar Lattes foi considerado de interesse público pelo Decreto Federal de 1º de junho daquele ano, durante a presidência de Dilma Rousseff. Segundo a norma, o fundo reúne documentos de máxima relevância para a história da ciência, que mostram a singularidade e o ineditismo das descobertas do pesquisador.

Já o terceiro piso da biblioteca que leva Cesar Lattes no próprio nome mantém uma coleção de objetos e documentos que reconstituem o cotidiano do pesquisador na Unicamp. Por meio de livros e objetos, como microscópios, itens de escritório e até um jacaré empalhado, o espaço revela um pouco de sua personalidade única. O acervo foi doado pela família do cientista após sua morte.

Frente à grandeza de suas contribuições para a física e para as instituições brasileiras, a história do pesquisador é um registro que precisa ser transmitido, de forma a inspirar novas gerações de pesquisadores. “É importante contar a história de Cesar Lattes e demonstrar que os cientistas formados no Brasil têm a capacidade de fazer a diferença na ciência internacional”, defende Brito.

Hoje, quem passa pelas universidades brasileiras tende a associar seu nome a uma das últimas grandes homenagens feitas ao físico: a Plataforma Lattes. Criada em 1999 na gestão de Luiz Carlos Bresser-Pereira à frente do então Ministério da Ciência e Tecnologia, a base de dados foi elaborada para integrar informações curriculares, grupos de pesquisa e instituições em um único sistema, com o objetivo de facilitar o planejamento e o fomento à ciência nacional. De acordo com dados da plataforma, em junho de 2024, eram 353.625 currículos cadastrados de doutores, 458.434 de mestres e 68.846 de pessoas que cursaram mestrados profissionalizantes.

Lattes chegou a acompanhar a implementação e os primeiros anos de funcionamento da plataforma no país. Shibuya recorda que as primeiras versões do sistema eram de difícil acesso, situação agravada pela baixa qualidade das conexões de internet à época. “Uma vez, Cesar me procurou e questionou: ‘Edison, fiquei sabendo que existe uma nova plataforma com meu nome e que não estão gostando muito [delá]’”, lembra com saudades. Cem anos após seu nascimento, o físico acompanha os cientistas brasileiros que acessam a plataforma on-line, que aprendem sobre partículas subatômicas ou que contam com as instituições criadas com sua colaboração para realizar suas pesquisas. Ainda que carregando o mesmo “sobrenome”, a vida e a importância de Cesar Lattes não caberiam em seu próprio Currículo Lattes.

Carta de uma jovem pesquisadora



Parte do acervo que compõe o Fundo Cesar Lattes, mantido pelo Siarq, é formado por correspondências recebidas pelo físico ao longo da carreira. Entre os remetentes, há grandes universidades, institutos de pesquisa, órgãos de governo e importantes pesquisadores. No meio de vários papéis timbrados, chamam a atenção três folhas de papel de carta com a aparência dos que comumente vemos em coleções dos anos 1970 e 1980. No fundo amarelo pardo, a caligrafia cuidadosa divide espaço com uma ilustração no canto inferior esquerdo. No topo da folha, a data: "Porto Alegre, 2 de agosto de 1979".

"Oi, Cesare

Quem está escrevendo é uma estudante de Engenharia Elétrica que adora Física.

Meu nome é Dudi, estou no 1º ano (2º semestre) de Engenharia na UFRGS"

"É estranho entrar em contato comigo mesma depois de 45 anos. Li a carta e até me emocionei", conta Maria de Lourdes Borges, que ainda atende pelo apelido Dudi. Aos 62 anos, a então estudante hoje trabalha como professora no Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Na carta, Borges conta que tinha dúvidas sobre se continuava a cursar engenharia ou se seguia o caminho da física. A opinião de Lattes foi decisiva. "Ele me respondeu e me incentivou a cursar física", lembra a hoje docente, que ingressou no curso em 1981 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). "Na época, foi uma surpresa receber uma carta dele."

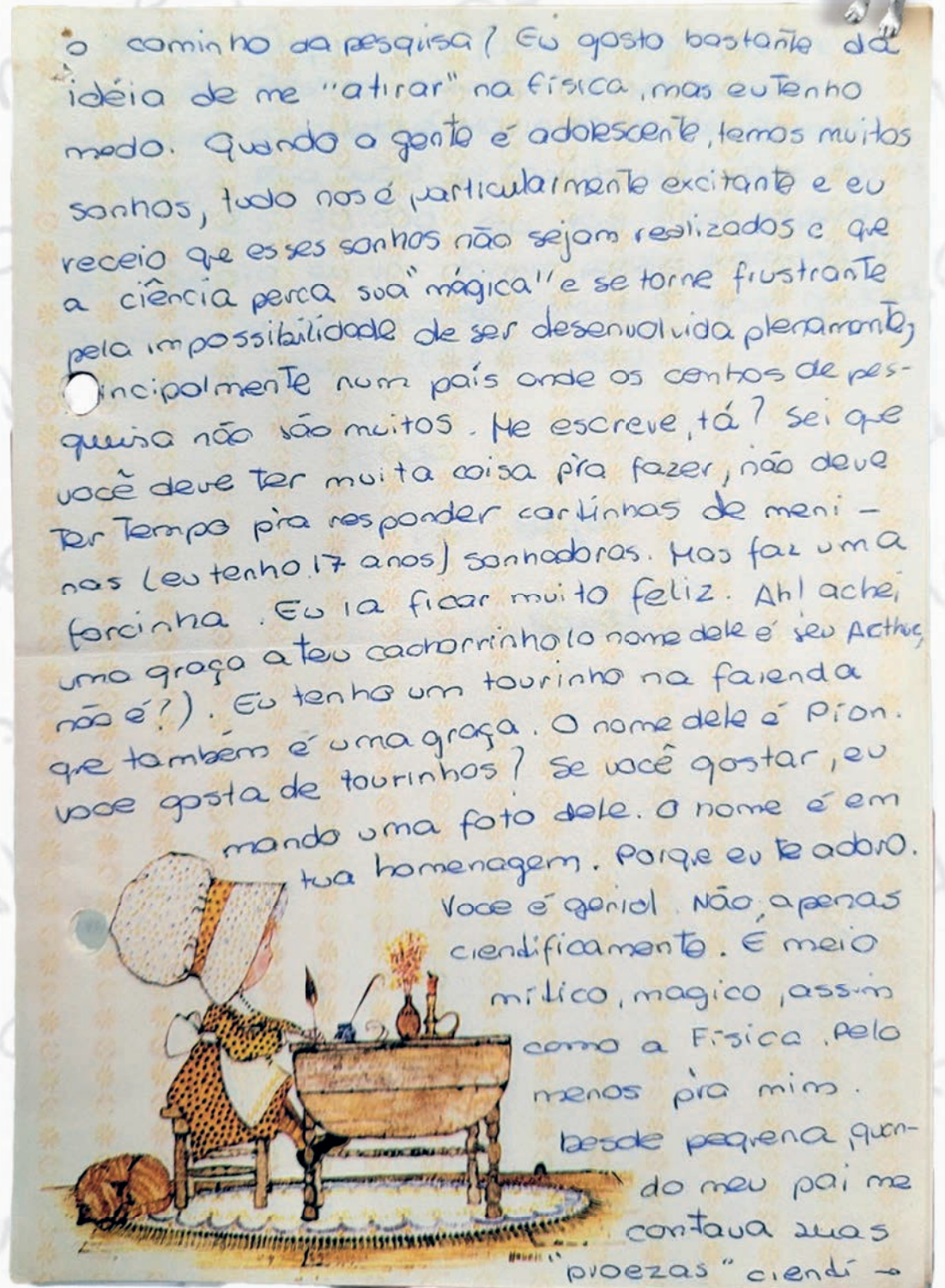
Apesar disso, a professora afirma que seu percurso acadêmico sofreu desvios, levando-a, por fim, a dedicar-se às humanidades. "Interessante que, na própria carta, falei que tinha medo de me desencantar com a ciência. Em alguma medida, isso acabou acontecendo." Borges pensou em estudar filosofia das ciências, mas acabou se especializando no pensamento de Immanuel Kant. Revendo sua conversa com Lattes, observa que sua preocupação com a ciência já existia na mente da garota de 17 anos. "Eu me vi como alguém que já tinha preocupações científicas. Na carta, eu menciono estar preocupada com a pesquisa científica no Brasil", comenta.

Outros trechos da carta mostram parte da rotina de uma jovem estudante da época, como a preocupação com uma aula de Cálculo 2 no dia seguinte e a confiança de que um dos touros criados na fazenda de sua família tinha o nome de Píon, em homenagem à descoberta de Lattes. "Eu colocava nomes das partículas subatômicas nos touros. Havia o Píon, o Méson, o Alfa", lembra com alegria.



<https://bit.ly/4buPZCK>
Acesse a galeria em homenagem ao centenário de Cesar Lattes

A professora Maria de Lourdes Borges: "Na época, foi uma surpresa receber uma carta dele"



Trecho da carta de Borges a Lattes, enviada ao físico em 1979; incentivo de Cesar Lattes marcou a trajetória da docente

Borges diz ainda que, depois de ter enveredado pelos caminhos da filosofia, deixou de acompanhar de perto os feitos científicos de Lattes. Em uma das suas frequentes mudanças de endereço, a carta enviada pelo físico em resposta a sua se perdeu. Entretanto a docente acredita que o exemplo dado pelo cientista a gerações de pesquisadores contribuiu para determinar suas escolhas de vida. "Certamente, ele me influenciou a seguir na ciência e, mais do que isso, ao conhecimento em geral. Nunca saí da universidade. Hoje sou uma pesquisadora." O reencontro consigo mesma também a surpreendeu pela coragem de, ainda garota, escrever a um grande nome da ciência e conversar com ele como um amigo. "Provavelmente era o meu melhor papel de carta da época. E eu ainda disse: 'Me escreva, hein?' Fui bastante ousada", diverte-se.

Foto: Antoninho Perri



Foto: Reprodução UFSC



Transformações nas políticas de emprego no Brasil

Tese de doutorado analisa a evolução e o enfraquecimento das iniciativas de proteção contra o desemprego

MARINA GAMA
marinagc@unicamp.br

Desde o surgimento das primeiras políticas de proteção ao emprego até as tentativas de seu desmonte e esvaziamento, muita coisa aconteceu na esfera política e econômica brasileira nas últimas décadas. Organizar e analisar essa história, um constante processo de mudança, foi o desafio que Luiz Henrique Fernandes Vieira assumiu em sua tese de doutorado, defendida no Instituto de Economia (IE) da Unicamp sob a orientação do professor Marcelo Proni, membro do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit) do IE. Em seu trabalho, Vieira buscou compreender as primeiras iniciativas do Estado na construção de políticas públicas de proteção contra o desemprego no Brasil, bem como as tentativas mais recentes de enfraquecimento ou desconstrução dessas políticas, sobretudo no período de 2015 a 2022.

Para Vieira, a implementação dessas políticas no território brasileiro aconteceu de forma tardia e se inspirou nas políticas públicas de emprego adotadas em países nórdicos e da Europa continental. Segundo sua pesquisa, apenas na segunda metade dos anos 1980, o Brasil reconheceu o desemprego como um problema social que demandava intervenção estatal. Assim, no bojo do Plano Cruzado, criou-se o seguro-desemprego, benefício de garantia de renda temporária ao trabalhador demitido sem justa causa. No início dos anos 1990, o governo regulamentou-o ao criar o Programa Seguro-Desemprego, que visava integrar esse benefício com as funções do Sistema Nacional de Emprego (Sine), estabelecido em 1975, e as do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor), focado na qualificação profissional em larga escala. No entanto Vieira explica que a atenção dada à política de proteção ao desempregado começa a diminuir quando o país passa a viver uma situação econômica mais favorável, com baixas taxas de desemprego. Após 2015, com o início de uma recessão econômica, o crescimento do desemprego e decisões inconsistentes na condução da crise, emergiu uma nova narrativa sobre o papel do Estado na proteção do traba-

Foto: Arquivo pessoal



O pesquisador Luiz Henrique Fernandes Vieira: "A modernização desprotetora foi a implementação de uma agenda neoliberal"



Pessoas em fila do mutirão de emprego em São Paulo: tese analisa políticas de proteção ao trabalhador nos séculos 20 e 21

lhador, sobretudo a partir de 2017, no governo de Michel Temer, relata o autor da tese.

Em seu estudo, Vieira introduziu o conceito de "modernização desprotetora" para descrever o período de 2015 a 2022, destacando a agenda neoliberal promovida por setores empresariais, cujos interesses se opunham à garantia dos direitos trabalhistas previstos na Constituição Federal. Na agenda desses autores, as mudanças justificavam-se pela necessidade de "modernizar" a legislação trabalhista e os programas públicos destinados ao mercado de trabalho. A prioridade era flexibilizar as relações de trabalho e reduzir o custo do trabalho para as empresas. "A modernização desprotetora foi a implementação de uma agenda neoliberal voltada para a desregulamentação do mercado de trabalho e o esvaziamento dos programas de proteção contra o desemprego sob a justificativa de que as instituições de regulação do trabalho e de proteção contra o desemprego eram arcaicas e precisavam ser renovadas. Em vez de avançar na ampliação dos direitos trabalhistas, essa 'modernização' encaminhou uma regressão", afirma Vieira.

A agenda contrária aos interesses dos trabalhadores começou a nascer em 2015, mas se consolidou e acelerou em 2017. "Com o argumento do déficit orçamentário, o segundo governo de Dilma [Rousseff] implementou uma regra de restrição de acesso ao seguro-desemprego. A partir de 2017, a agenda neoliberal de reformas na regulação das relações de trabalho, que já havia sido apresentada e parcialmente adotada nos anos 1990, voltou com força. Essa agenda de reformas trabalhistas tinha como propósito instituir no Brasil o modelo prevalente de relações de trabalho dos Estados Unidos." A pesquisa revela que, para construir essa narrativa, argumentos falaciosos foram frequentemente utilizados pelo setor empresarial, como a alegação de que o custo da mão de obra causava a taxa elevada de desemprego e a de que o sistema de proteção ao trabalho vigente no Brasil era antiquado, sugerindo que o ideal seria remover esses obstáculos e permitir aos empregadores negociarem diretamente com os empregados. Além disso, argumentava-se que o seguro-desemprego gerava déficits e incentivava a rotatividade no emprego, desmotivando os trabalhadores a procurarem uma ocupação enquanto recebiam o benefício.

Proni salienta a consistência e profundidade das informações da tese de Vieira, ressaltando a importância da coorientação do professor Amilton Moretto, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). Para o orientador, a pesquisa estimula o deba-

te sobre a necessidade de ampliação dos mecanismos de proteção contra o desemprego no Brasil ao organizar e apresentar diferentes visões presentes nessa discussão. "A principal contribuição da tese é atualizar o debate e desconstruir os argumentos usados para justificar o esvaziamento dessa política. A proteção contra o desemprego, além de ser fundamental para as pessoas individualmente, com consequências na vida das famílias, também impacta a estruturação do mercado de trabalho e a economia. Quando o Estado desempenha essa função de garantir uma renda para o trabalhador demitido sem justa causa, contribui para a recuperação econômica, dinamizando o mercado de trabalho e beneficiando as próprias empresas", complementa.

Para Vieira, o estudo pode ser visto como uma porta de entrada para pensar a possibilidade de integrar as políticas de transferência de renda com as políticas de proteção contra o desemprego. "O que fica como desafio é pensar essa questão e encontrar um caminho a fim de oferecer uma proteção universal para todos os trabalhadores. Se queremos construir um país com desenvolvimento sustentável, o que defendo, precisamos pensar na perspectiva da incorporação social e, nesse sentido, é importante pensar como proteger os trabalhadores, tanto formais como informais."

Foto: Antoninho Perri



O orientador Marcelo Proni: tese desconstrói argumentos usados para justificar esvaziamento das políticas protetivas

A música erudita, por Mário de Andrade

Livro resgata e analisa artigos escritos pelo intelectual entre 1943 e 1945

MARIA VITÓRIA GOMES CARDOSO
Especial para o *Jornal da Unicamp*

O livro *Música Final*, de Jorge Coli, reúne artigos de Mário de Andrade sobre grandes compositores e peças da música erudita. Esses trabalhos, agora reproduzidos e analisados, foram publicados semanalmente, entre 1943 e 1945, no jornal *Folha da Manhã*, na coluna "Mundo Musical".

Na obra, o autor explica como os artigos do pensador paulistano impactaram a comunidade intelectual brasileira da época, chegando a transcender o âmbito da música para incluir comentários sobre estética, ética, ideologia e política.

Coli tem graduação e mestrado em história da arte pela Universidade de Provença – atual Universidade de Aix-Marselha, na França –, doutorado em filosofia pela Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutorado pela Universidade de Nova York. Na entrevista a seguir, o pesquisador fala sobre como surgiu seu interesse pela temática e sobre a importância desses escritos de Mário de Andrade para aquela época e para os dias de hoje.

Jornal da Unicamp – Como surgiu seu interesse por Mário de Andrade e pela relação dele com a música?

Jorge Coli – Surgiu muito cedo, mas foi confortado pelo curso que fiz com a professora Gilda de Mello e Souza, quando estava no segundo ano de filosofia na USP, em 1967, creio. Primeiro, realizei um seminário sobre o padre Jesuíno do Monte Carmelo; depois, recebi uma bolsa de pesquisa em iniciação científica para estudar a obra de Mário de Andrade anterior ao Modernismo. Desde esse momento, uma pessoa que sempre me apoiou e orientou foi a professora Telê Porto Ancona Lopes, a grande especialista em Mário de Andrade: ela e a professora Gilda deram-me muito apoio. Embora tivesse feito história da arte, sempre tive um grande interesse por música. De qualquer modo, a história da arte se insere em uma história da cultura e as compartimentações das disciplinas (história das artes plásticas, da literatura, da música), se são necessárias por suas especificidades, não podem ficar isoladas.

Escolhi como tema para minha tese de estética os últimos textos sobre música escritos por Mário de Andrade para a *Folha da Manhã*, na coluna "Mundo Musical". Iniciei minha pesquisa quando dava aulas na Universidade de Toulouse [França] e tanto a professora Telê Porto Ancona Lopes como a professora Flavia Toni enviavam-me o material do Brasil, em uma época na



Mário de Andrade (1893-1945)

qual, lembro, não havia internet. Devo dizer que minha percepção da obra de Mário de Andrade mudou desde o começo dos anos 1960 – em que eu estava deslumbrado e fascinado, porque é difícil existir um intelectual mais sedutor do que ele – até o período de elaboração da tese, em que me tornei mais crítico, sem perder minha admiração.

JU – Quais contribuições a obra traz para os estudiosos da área?

Jorge Coli – São muitas, mesmo para estudiosos que não são da área. Ressalto o fato de que esse conjunto de escritos sobre compositores célebres – e [à época] mortos, com exceção de Villa-Lobos –, em sua aparente neutralidade musicológica, são críticos. Eles precisavam ser decifrados, tanto no que concerne à sua motivação – motivações que surgiam do debate político – como às questões sociais e artísticas que preocupavam então Mário de Andrade e que eram bem diferentes daquelas de 20 anos antes, quer dizer, do período modernista. Esses textos revelam um intelectual combativo mas também fragilizado. Além de iluminar o pensamento de Mário de Andrade, os textos apontam preocupações musicológicas que interessavam o autor, associadas ao

empenho político e social das composições, ao exame do papel da ópera, ou melhor, das relações entre música, texto e teatro, e ao estudo específico de diversos compositores e obras.

JU – Qual a importância desses escritos para a música erudita na época e nos dias de hoje?

Jorge Coli – Para a época, esses estudos traziam um forte apelo político, tinto de nacionalismo, que atacava vigorosamente as vanguardas internacionais e em particular o grupo Música Viva e seu animador, Hans-Joachim Koellreutter. Paradoxalmente, tempos depois da morte de Mário de Andrade, Koellreutter se tornaria seu grande admirador, musicando mesmo o libreto que este escrevera para a ópera *O café*. Esses estudos encaminharam vários artistas para a aproximação com o movimento comunista internacional e para o engajamento musical. Para hoje, além de serem essenciais no que se refere ao conhecimento do papel de Mário de Andrade na cultura brasileira e das configurações de seu pensamento, trazem chaves para a compreensão de compositores e obras, com visadas originais e fecundas: [Claude] Debussy, [Frédéric] Chopin, [Modest] Mussorgsky, entre outros.

JU – Como foi o processo de seleção e organização dos artigos que integram a obra?

Jorge Coli – A primeira questão foi de como estudar esses artigos no âmbito de uma tese. Se tivessem sido publicados em livro, se fossem conhecidos, bastaria a análise que decifra e interpreta. Mas não eram, e foi preciso incluí-los, portanto. Assinalo que minha tese não é apenas um recolho de textos de Mário de Andrade: é uma interpretação que inclui esses textos. Em seu rodapé, Mário de Andrade publicou um romance-parábola inconcluso, intitulado *O banquete*, que, em conjunto com o professor Luiz Carlos da Silva Dantas, já havíamos publicado antes e que possuía um caráter autônomo, destoante dos outros. Havia também artigos sobre antropologia, que se situavam em universos diferentes. Descartei esses dois grupos e tratei dos outros, em ordem cronológica.

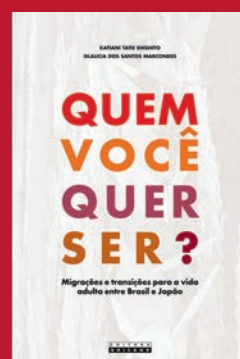


Título: Música Final
Autor: Jorge Coli
Edição: 2ª
Ano: 2023
Páginas: 592
Dimensões: 16 cm x 23 cm

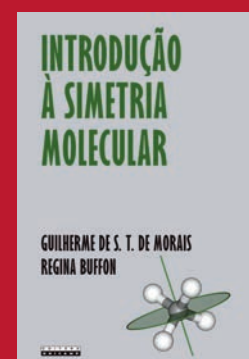
LANÇAMENTOS



A EPOPEIA DO SUS
Carmino de Souza,
José Enio Duarte,
José Pedro Martins
e Lenir Santos
Páginas: 200
Dimensões: 16 x 23 cm



QUEM VOCÊ QUER SER?
Gláucia Marcondes
e Katiani Shishito
Páginas: 592
Dimensões: 16 x 23 cm



INTRODUÇÃO À SIMETRIA MOLECULAR
Guilherme de Moraes
e Regina Buffon
Páginas: 392
Dimensões: 23 x 28 cm

Negras e livres, mas não iguais

Fotos: Reprodução

Pesquisa evidencia papel de narrativas discriminatórias na desqualificação da mulher negra no mercado de trabalho de Campinas no século 19

HELENA TALLMANN
helenalt@unicamp.br



IV PRADH
PRÊMIO DE RECONHECIMENTO
ACADÊMICO EM DIREITOS HUMANOS
UNICAMP - INSTITUTO VLADIMIR HERZOG

Uma dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp desafia o pensamento hegemônico sobre a história da população negra livre no mercado de trabalho brasileiro. A pesquisa identifica hierarquias raciais e sexistas que reduziram as oportunidades de atuação no caso das mulheres negras não escravizadas em Campinas, no período final da escravidão e logo após a abolição – entre 1876 e 1892. O trabalho de mestrado, oriundo dos debates promovidos no Centro de Pesquisa em História Social da Cultura (Cecult), surgiu de uma inquietação da sua autora, Taina Silva Santos. “Essa questão de não conseguir ter uma mobilidade social é a minha própria história: sou de uma família negra em que todas as mulheres são empregadas domésticas até hoje.”

A pesquisa, vencedora da quarta edição do Prêmio de Reconhecimento Acadêmico em Direitos Humanos Unicamp – Instituto Vladimir Herzog (Pradh) na categoria Ciências Humanas, Sociais e Econômicas, usou registros de mais de 9 mil pacientes do Hospital de Caridade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas, disponíveis no Centro de Memória Unicamp (CMU). Santos cruzou os dados organizados por meio do software Epi Info – pensado para gerenciar dados epidemiológicos –, com informações censitárias, documentos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, publicações de jornais, normas de posturas municipais, relatórios de sanitaristas, teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e o *Dicionário de Medicina Popular*, de Pedro Luiz Napoleão Chernoviz.



Antiga fachada do Hospital de Caridade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas: dissertação analisou registros de 9 mil pacientes entre 1876 e 1892



Balbina Gomes da Graça Cesarino: fundadora do Colégio Perseverança, que fechou as portas em 1885

De posse desse material, a pesquisadora conseguiu elaborar um panorama sobre a divisão do trabalho por cor, entender a mentalidade da época e identificar barreiras para a ascensão das mulheres negras – frequentemente taxadas de imorais, propensas a vícios e de saúde frágil. “É comum ouvir que a desigualdade social é uma consequência imediata da escravidão, mas as pesquisas mostram vários mecanismos para interditar o acesso à cidadania dessa população liberta ou livre”, argumentou Lucilene Reginaldo, professora do Departamento de História do IFCH, atual diretora do Cecult e orientadora da dissertação.

Foto: Alex Calixto



A orientadora Lucilene Reginaldo (esq.) e a pesquisadora Taina Silva Santos: dissertação identifica mecanismos responsáveis por limitar o mercado de trabalho para negras livres

O trabalho destaca o papel de teses médicas na desqualificação da mulher negra, associando-a a doenças venéreas ou contagiosas, como a sífilis. Entretanto, a documentação do hospital pesquisado revela que a maioria delas, na realidade, adoeceu de tuberculose devido às condições inadequadas de vida e trabalho. A autora do estudo também constatou a influência de normas sanitaristas em determinadas atividades – a exemplo do Código de Posturas de Campinas, que, em 1887, impôs restrições à lavagem de roupas em espaços públicos. “Encontrei registros de revoltas contra médicos que faziam incursões em cortiços e tiravam as pessoas de seus espaços de trabalho, como chafarizes e barracas.”

Segundo a pesquisadora, a suposta robustez do corpo das mulheres negras, antes considerada uma qualidade positiva no caso da amamentação, deixou de ser vista como vantajosa por conta de médicos contrários ao chamado “aleitamento mercenário”, classificado como inferior até mesmo à amamentação feita diretamente em cabras. A discriminação racial fazia-se também explícita em anúncios de empregos. Uma publicação de vaga para ama de leite na *Gazeta de Campinas*, em 1890, dizia: “Prefere-se que a pessoa que se apresentar seja branca”.

Somaram-se a isso decisões políticas responsáveis por aprofundar a desigualdade racial. A epidemia de febre amarela ocorrida em Campinas entre 1889 e 1897, por exemplo, recebeu atenção do poder público por vitimar principalmente imigrantes europeus. O mesmo não se deu no caso da tuberculose, que matava pessoas negras em igual proporção. “O projeto de branqueamento da população, previsto nessa iniciativa migratória, estava sendo comprometido. Então, o governo criou medidas de proteção à saúde dessas pessoas”, explicou Santos.

Dados do hospital mostram que havia mulheres negras em 11 dos 24 ofícios registrados, principalmente em categorias adotadas pela Santa Casa para classificar afazeres, tais como serviços domésticos e lavadeira. Contudo a imagem difamatória criada a respeito delas fez com fossem preteridas em favor das trabalhadoras europeias. “As negras, mais tarde, retornaram ao trabalho doméstico porque as populações imigrantes e suas descendentes conseguiam sair da pobreza com mais facilidade”, afirmou a orientadora. Santos

acrescentou que também o sexismo representou um fator discriminatório, uma vez que o imaginário de mulher respeitável estava relacionado à educação dos filhos e aos cuidados com a família. Mulheres negras livres presentes nos espaços públicos eram malvistas e isoladas do ambiente familiar.

Passado e presente

A dissertação observou ainda que a profissionalização de ofícios como a enfermagem, antes exercida por mulheres escravizadas, contribuiu para o estrangulamento das oportunidades. Entretanto o letramento não era uma garantia de posição estável na sociedade. Prova disso é a trajetória da família Cesarino – família negra com protagonismo na Campinas do século 19 que, em 1860, fundou a escola para moças Colégio Perseverança.

Criada por Antonio Ferreira Cesarino e por sua esposa, Balbina Gomes da Graça Cesarino, a instituição educou todos os membros da família – meninas e meninos negros e também filhas da elite da época –, garantindo uma fonte de renda e profissões respeitáveis a esse grupo. Porém, após o fechamento do colégio, em 1885, os Cesarino não conseguiram manter bons empregos e perderam patrimônio. “Os familiares que entrevistei disseram ter vivido em uma situação econômica instável até Antonio Ferreira Cesarino Júnior [bisneto dos fundadores] se tornar professor de direito da USP [Universidade de São Paulo]”, revelou a autora da dissertação.

As desigualdades raciais motivaram atos de contestação, de violência e mobilizações que marcaram a cidade na segunda metade do século 19, quando os jornais mostravam uma “Campinas abolicionista”, conforme escreveu a pesquisadora. O contexto conturbado é uma das razões pelas quais, diferente de outras localidades, a cidade não criou uma legislação a fim de regulamentar o trabalho doméstico. Para a orientanda e sua orientadora, a pesquisa lança luz sobre uma realidade a marcar ainda profundamente a sociedade atual. “Premiar um trabalho que enfoca o século 19 é reconhecer a sua contribuição para a história de Campinas – da segregação racial da população negra, mas também do protagonismo dessas pessoas – auxiliando a pensar o mundo do trabalho de hoje”, concluiu a professora.

Roupa sustentável: da terra ao corpo

Pesquisa rastreia a produção do casaco de xinil, apresentado na São Paulo Fashion Week 2019, e acompanha os caminhos do movimento *slow fashion* e da economia circular

ADRIANA VILAR DE MENEZES
avilardemenezes@unicamp.br

A antropóloga Tatiana de Lourdes Massaro acompanhou a trajetória de uma peça de roupa sustentável no esforço de conhecer – desde a terra até o corpo – a cadeia produtiva circular da moda chamada *slow fashion* e suas soluções para mitigar as mudanças climáticas. No entanto, para trazer o estado da arte sobre moda e sustentabilidade e, simultaneamente, poder analisar as texturas sociais, ambientais e econômicas da “roupa viva” – vocabulário vindo dos campos de plantio e adotado em sua tese doutorado defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp –, a pesquisadora optou pelo caminho da engenharia reversa. Massaro começou sua pesquisa partindo da terra onde havia sido plantado o algodão usado na fabricação do casaco de xinil da estilista Flavia Aranha. No seu percurso, concluiu que a moda sustentável é possível e está em expansão, fazendo-se necessária para promover um ciclo que começa e termina na terra, indo do plantio do algodão orgânico à biodegradação da roupa e garantindo a preservação do planeta e a qualidade de vida do trabalhador.

A inquietação da pesquisadora sobre o tema surgiu muito antes de sua formação acadêmica e transita por suas memórias afetivas. “Minhas avós costuravam. Eu já entendia que a moda faz parte de um contexto que não está apenas no âmbito doméstico; atravessa as esferas social, econômica e ambiental que compõem esse modo de viver”, lembra a autora da tese de antropologia social “Da terra ao corpo: uma etnografia das roupas sustentáveis”, concebida sob orientação da professora Heloisa André Pontes.

Massaro se propôs a trazer a sustentabilidade e a moda para o debate, com

reflexões que, espera, contribuam para a elaboração de um léxico nessa área, com termos como “roupa viva”, de categoriaêmica (conceito da antropologia que descreve valores próprios de cada sociedade ou grupo). “Essa expressão vem do campo. Essa roupa é vista por minhas interlocutoras [trabalhadoras envolvidas] como viva porque é feita, por exemplo, de algodão orgânico, sem agrotóxico, geralmente cultivado em agrofloresta, em pequenas plantações mantidas por agricultores familiares”, descreve a pesquisadora.

A ideia de “roupa viva” – que também pode ser feita de seda, linho e liocel, entre outras matérias-primas – relaciona-se ainda com a transformação e as metamorfoses. “A vida está colocada como centralidade nessa moda que se constitui como sustentável”, afirma Massaro. Trata-se de uma moda que se opõe à convencional, sustentada por um pilar econômico. As vitrines de *fast fashion* mudam suas coleções a cada 15 dias e a aceleração do processo de produção atende ao desejo imediato do consumidor, gerando descarte poluente e criando lixões a céu aberto – como o do deserto do Atacama, no Chile, e o presente em Gana, no continente africano – ou em alto-mar.

A moda sustentável, baseada no *slow fashion*, gera uma estrutura diferente dentro do sistema capitalista, apontando para um ecossistema de transição rumo à sustentabilidade. “Isso tudo é sistêmico”, afirma Massaro. Desde o começo deste século, esse gênero de moda ganha visibilidade. O evento Brasil Eco Fashion Week realiza desfiles de moda sustentável, com exposições e debates sobre o tema. Há iniciativas semelhantes em diversos países. A própria São Paulo Fashion Week (SPFW), um dos eventos de moda mais importantes do Brasil e da América Latina, tem valorizado marcas sustentáveis.

A pesquisadora também mostra em sua tese haver uma circulação da “rou-



Casaco de xinil em desfile da São Paulo Fashion Week em 2019 é foco de estudo sobre moda sustentável

pa viva” entre pessoas públicas, como a atual ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, que vestiu uma peça do tipo durante uma homenagem que recebeu da revista *Times*, em Nova York, em 2022, e a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, que trajava uma roupa de confecção sustentável na posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2023.

Tradição e resistência

Apresentado na SPFW 2019 pela estilista Flavia Aranha, o casaco de xinil representou o ponto de partida para a pesquisa de Massaro. “Fiz uma etnografia e um estudo sobre economia circular”, explica. A proposta da marca, da associação e da cooperativa (envolvidas na produção do casaco) baseia-se na circularidade. “A rede que eu pesquisei inclui mais de cem parceiros.”

A técnica do xinil em Minas Gerais é comumente usada em tapetes e almofadas. O nome xinil vem do francês *chenille*, que significa lagarta e se refere especialmente ao bicho da seda. O casaco, composto de pequenos fios que são dobrados e vão sendo enlaçados no tecido liso, resultou de uma parceria da marca paulistana Flavia Aranha com as artesãs mineiras da Central Veredas e a Cooperativa Regional de Base na Agricultura Familiar e Extrativismo (Copabase), ambas da região do Vale do Urucuia, no noroeste de Minas Gerais. Colorida por tingimento natural, a peça é tecida em tear manual por artesãs que resgataram uma antiga tradição. Em sua pesquisa, Massaro descobriu que, quando o Brasil ainda era colônia, a coroa portuguesa proibiu os teares

dentro de casa porque a tecelagem crescia em um momento no qual o foco da economia mineira deveria ser a extração de metais preciosos. “[A atividade] tornou-se um ato de resistência.”

Segundo a pesquisadora, a indústria têxtil, que impulsionou a Revolução Industrial no Reino Unido, no século 18, hoje faz do país europeu o cenário de movimentos ligados à sustentabilidade da moda, entre os quais o Fashion Revolution, que propõe observar quem fez e onde foi fabricada cada peça de roupa. Esse movimento surgiu depois do desabamento, em Bangladesh, em 2013, de uma fábrica que produzia para o mercado da *fast fashion*. No desastre, morreram 1.138 pessoas.

Durante o doutorado, Massaro realizou parte de seus estudos em Londres. Isso porque marcas inglesas do mercado de luxo, como Stella McCartney, muito ligada ao vegetarianismo e à incorporação de elementos biodegradáveis nas roupas, vêm dando visibilidade à moda sustentável. Também na Inglaterra, Katharine Hamnett passou a trabalhar só com algodão sustentável e orgânico a partir dos 1980. Outra marca inglesa envolvida nesses esforços é a da estilista e ativista Vivienne Westwood.

“Esse ainda é um mercado consumidor restrito, mas existe esse movimento na contramão do mercado de moda hegemônico”, diz a pesquisadora. “Vestir é também tomar uma posição. A moda sustentável tem ocupado e conquistado mais espaços ao longo do tempo. Trata-se de um crescimento relacionado às mudanças climáticas e à percepção da humanidade sobre isso”, avalia Massaro.



A antropóloga Tatiana Massaro analisa o circuito das roupas sustentáveis, do cultivo da matéria-prima às lojas